



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dez horas do dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter ordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Marcus Faustini, Flávia Piana, Lia Baron, Ericka Gavinho, Franklin Jorge Santos, Reimont Luiz Otoni, Tarcísio Motta, Rosa Maria Barbosa de Araújo, Pedro Paulo Malta, Paula de Oliveira Camargo, Lucia Helena dos Santos Torres, Adair Leonardo Rocha, Suellyema Franco, Bianca Toledo, Rosa Coutinho Perdigão, Karla Maria da Silva Costa, Álvaro Maciel, Izaíra Silvia de França, Sarah Alonso de Lara, Andrea Chiesorin Nunes, Rayanne Pacheco Barbosa, Mauro Barros de Souza, Stephanie Andreas Nascimento, Carla Pinheiro Wendling, Paloma de Oliveira Garcia. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto N° 47247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dez horas e os participantes são admitidos na sala virtual. A reunião tem início com a Secretária Executiva cumprimentando a todos e ratificando a pauta da reunião que será a apresentação dos resultados preliminares dos trabalhos do GT do Regimento Interno do CMPC e os destaques feitos às minutas do Plano Municipal de Cultura. A fala é passada para a Vice Presidente Rosa Perdigão que saúda à todos e enfatiza a importância da pauta desta reunião. A reunião prossegue com os informes de quem se inscreveu no chat. Pela ordem a conselheira Carla Wendling diz que participou de uma reunião organizada pela Comissão de Carnaval na Câmara de Vereadores e pede a SMC que faça uma interlocução junto ao Prefeito para que parte da verba destinada ao carnaval carioca prestigie os blocos pequenos e principalmente os da zona oeste. Solicita ainda uma agenda com o Secretário de Cultura e com os vereadores

representantes desta comissão para tratar da referida pauta. Na sequência o conselheiro Álvaro Maciel tem a fala e lembra a importância de aprovarmos ainda no ano de dois mil e vinte um o Plano Municipal de Cultura e que essa ação realizada irá refletir o fortalecimento da cultura na Cidade do Rio de Janeiro. Em sua fala ele enfatiza a sensibilidade do atual Secretário de Cultura no tratamento da política aos territórios e que isso enche de esperança os artistas que estão à margem do processo a anos. Suellyema Franco, assessora do vereador Reimont informa que o mesmo encontra-se em um evento na Câmara na Frente Parlamentar em Defesa da Pequena África e que logo estará conectando nesta reunião do Conselho. Ainda nos informes a fala é passada ao conselheiro Adair Rocha que lembra a todos que na mesma data em que acontece esta reunião do conselho, está se realizando a Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro, onde o debate sobre a autonomia das universidades públicas será o foco das discussões. Não havendo mais inscrições para informes, foi dado início ao tratamento das pautas propostas para esta reunião. A fala é passada ao Presidente do Conselho que propõe que se comece pelos destaques do PMC, todos aprovam e assim prossegue-se o encontro. O Presidente em sua fala lembra que a secretaria assumiu o compromisso de fazer a leitura das duas minutas e apresentar os destaques nesta reunião. Afirma que esse trabalho foi feito e que houve a avaliação de que a proposta da sociedade civil será aproveitada como base para a construção da versão final do Plano Municipal de Cultura. Evidencia que as diretrizes, as metas e as prioridades serão validadas, no entanto existem ações propostas na minuta apresentada que são inexecutáveis. Marcus Faustini propõe uma sala de negociação. Ainda em sua fala, informa que será contratado um consultor para tratar dos ajustes a serem feitos e, deste modo, ter ao final uma proposta organizada e de consenso entre a sociedade civil e o poder público a ser apresentada à Câmara de Vereadores. O Presidente diz ainda em sua fala que já vem estabelecendo o diálogo com os vereadores da Comissão de Cultura, para que essa redação esteja no formato adequado para apresentação na Câmara.

O Secretário chama atenção para a responsabilidade de todos neste processo. Que o que esta gestão deseja é que o PMC seja encaminhado e aprovado em sua integralidade. Mas que para isso, terá que haver uma negociação. E a proposta é que os grupos de trabalho que foram constituídos para a construção desta minuta sejam escutados por essa consultoria e que ao final se obtenha uma redação adequada para o devido encaminhamento. Ato contínuo a conselheira Lia Baron afirma concordar com a fala do Presidente deste Conselho e reforça que a intenção desta gestão é fazer o aproveitamento do material produzido pela sociedade civil, considerando alguns destaques importantes que precisarão ser discutidos para que se tenha uma proposta exequível. Destaca ainda em sua fala que a minuta apresentada pelo poder público da gestão anterior possui alguns aspectos que também deverão ser considerados mediante um estudo de revisional. Ressalta ainda que algumas das ações que estão na minuta apresentada pela sociedade civil e não poderiam ser cumpridas. Lia Baron exemplifica dando maior clareza para todos categorizando a sua avaliação. Quanto à exequibilidade, afirma em sua fala que a secretaria não possui condições de realizar de modo regular ações culturais em vinte por cento das escolas da rede semanalmente, que este número significaria aproximadamente, mil e duzentas ações em apenas um mês, e que para a estrutura da secretaria essa é uma ação impossível de ser realizada desta forma. Ainda exemplificando, a conselheira fala sobre previsibilidade e conflitos legais de algumas ações propostas, como realização de concurso público para os próximos dois anos. Continua elucidando que algumas ações propostas não fazem parte da competência desta secretaria, como por exemplo, aumentar em quarenta por cento o número de vagas em cursos universitários de graduação em produção cultural. Em sua fala Lia Baron esclarece que o que se deseja com este plano é que ele possua um caráter programático e possível de ser executado. Discorre também sobre o fato do estudo feito pela sociedade civil ter sido realizado por 5 grupos de trabalho e que cada um apresentou uma redação diferente. Não houve uma uniformização do texto. Mas que entende

que após as discussões sobre o que propôs o Secretário de aproveitar o trabalho realizado pela sociedade civil, a segunda etapa seria então uma revisão e edição do texto final que será apresentado a Câmara para aprovação. Lia Baron afirma ainda que essa ação se faz pertinente para que a aprovação aconteça de modo mais fácil. Ainda com a fala, Lia dá mais alguns exemplos do que terá que ser feito de modo estrutural no texto apresentado para que ele se adeque as orientações do Ministério do Turismo/Secretaria Especial da Cultura no modelo a ser seguido. Enfatizando deste modo, a importância de se ter um mediador nesse debate, um consultor dedicado apenas a isso. Estabelecendo diálogo com os grupos que atuaram na construção dos textos apresentados, concordando com a proposta que havia sido colocada na reunião anterior. Uma em que a sociedade civil apontou a necessidade de se manter contato com os integrantes dos Grupos de Trabalhos originais dedicados à Minuta do Plano, montados no ano de dois mil e vinte. Dessa forma, Lia exemplifica alguns pontos já observados no material estudado e que carecem de adaptações quanto à competência e exequibilidade do plano por desta Secretaria e pelas gestões posteriores. Como ingerências sobre o número de vagas de cursos universitários de graduação em Produção Cultural, ao fundamento das ações e detalhes municipais de fomento direto e indireto. Considerando que cada Área de Planejamento tem uma configuração demográfica, quantitativo populacional e de povoamento, uma relação de povoamento em uma cena cultural específica com sua singularidade. Precisando levar em conta as características e singularidades de cada território, nível de funcionalidade dos agentes, nível da articulação dos agentes em rede e demandas específicas. Logo, entende-se que o objetivo dessa proposta é descentralizar recursos, mas essa requer ação de centralização de recursos um pouco destinada com base nas características e singularidades de cada área de planejamento. Sempre se adequando à exequibilidade, previsão legal e viabilidade orçamentária. Além disso, Lia aponta que o texto pressupõe a criação de muitos Programas, mas o que existe atualmente é uma grande dificuldade

em gerir aqueles já existentes. A conselheira sugere, como exemplo, ajustes que busquem as possibilidades de articulação com as outras esferas da administração pública e suas ações já existentes para que o Plano se torne exequível. Assim, Lia afirma que esta Secretaria tende a concordar com todas as diretrizes, prioridades e metas que foram propostas pela sociedade civil, por entender que o fundamento do Plano Municipal de Cultura está aqui. Por isso, o intuito de não só negociar como contribuir para uma elaboração e execução no diz respeito às ações, prazos e indicadores. Buscando um plano que se harmonize com o Plano Estratégico da cidade, Plano Plurianual. Entendendo que quanto mais sintonia ele tiver com os instrumentos de planejamento de gestão internos da cidade, mais exequível ele será. A conselheira Lia Baron encerra sua fala e a Secretária Executiva Janaina Magalhães abre o momento de fala aos inscritos para o primeiro bloco: Paloma Goulart, Sarah Alonso e Álvaro Maciel. Reforçando que as falas devem respeitar o tempo máximo de três minutos para cada participação. A conselheira Paloma pontua que a última versão que a sociedade Civil entregou a esta Secretaria não é a mesma compartilhada com o Conselho como tal, mas reconhece que há poucas diferenças. A Vice Presidente Rosa Perdigão participa que tal versão já foi disponibilizada esta manhã pela Secretária Executiva e Lia Baron informa que a equipe da Secretaria tem se debruçado e considerado todo esse material. Já a conselheira Sarah Alonso compartilha que as percepções apresentadas pela conselheira Lia Baron coincidem com as observações que a sociedade civil já vinha sinalizando. Ela concorda com a proposta de trazer um mediador para consultoria sobre a escrita de um plano e complementa que as inconsistências apontadas são frutos da ausência de um diagnóstico real da Secretaria naquele momento. Afirmando a dificuldade na construção e, conseqüente, impacto no caráter de exequibilidade. Sarah Alonso propõe que nessa mesa de negociação o trabalho ocorra junto com a Comissão de Cultura da Câmara, com intuito de melhor utilizar o tempo para aprontar o plano de maneira mais exequível e ajustado à etapa de sujeição à Câmara. A

conselheira Rayanne Pacheco complementa a fala de Sarah suscitando que na formação original dos Grupos de Trabalho houve a participação da assessoria dos vereadores Reimont e Tarcísio Motta. A conselheira Lia Baron agradece as contribuições e reafirma que esse diálogo será construído junto a este Conselho tendo por base o material encaminhado. Em seguida, o conselheiro Álvaro Maciel concorda com a colocação das conselheiras e considera a urgência em se trabalhar a finalização dos textos seguindo as recomendações apontadas. Além de propor, em tal processo, a presença de artistas que já participaram de algumas conferências. E, entende que o Plano é parte importante na engrenagem do Sistema Municipal de Cultura fazendo a ligação com o Fundo Municipal de Cultura e, conseqüentemente, contemplando a muitos que, historicamente, não recebem investimentos culturais. Portanto, este momento configura-se um marco por proporcionar caminhos àqueles que não recebem investimentos culturais há muito tempo. Já com a palavra, o Vereador Tarcísio Motta reitera a importância desta etapa para a concretização da construção e aprovação Plano e, principalmente, a compreensão desses como um plano de estado e não de governo. Por isso a necessidade de pensá-lo para além do governo, bem como quanto à integração com as diversas secretarias do município, como Lia Baron citara quanto ao plano estratégico, completa o Vereador. Tarcísio Motta parabeniza a equipe desta Secretaria e concorda com a metodologia proposta. Ele solicita que, quanto aos ajustes que precisam ser feitos em relação a ações e prazos e que estarão nesse processo de negociação propostos pela Prefeitura sejam apresentadas mais avaliações e justificativas quanto às inexecuções observadas. Para então, considerar conjuntamente os caminhos que podem ser escolhidos, para se entender os argumentos da prefeitura, ou seja, que possa tentar encontrar saídas para tornar a meta exequível ou para convencer o governo que ela é exequível. Para que, dessa negociação chegue-se a uma síntese, disponibilizando o apoio da Comissão de Cultura da Câmara como foi feito na Lei do Sistema. Na sequência, a conselheira Paula Camargo pondera que a intenção de territorializar e

enxugar ações genéricas estão presentes também na redação do Plano Diretor, ou seja, um avanço que deve ser pautado pelas correções já apontadas. Para que haja conversa entre os planos e chegar à viabilidade pretendida. Ressaltando que a imprevisibilidade deste momento pandêmico aponta para uma grande necessidade de que os territórios sejam espaços prioritários para a reocupação na retomada das iniciativas culturais da cidade. Pois, estar em locais livres, neste momento e nos próximos, é essencial, afirma Paula Camargo. Ato contínuo, o conselheiro Adair Rocha tem a palavra e ressalta a dimensão histórica desta reunião pela habilidade com que esta Secretaria tem construído e interagido com a sociedade civil e com a Câmara dos Vereadores. Um legado que permanecerá por meio de uma política de estado, visto que a Cultura tem seu caráter político e, como tal, deve ter seu lugar. A conselheiro recorda a importante colaboração e prática dos pensadores Paulo Freire e Milton Santos, por apresentarem o que tem se materializado aqui. Esperança e compreensão quanto às especificidades ao compreender Territorialidade. Assim, o conselheiro pondera quanto às vagas nas universidades ter sua validade como algo que o plano aponte, não necessariamente precisa estar exposto o percentual agora. E, que pode se buscar em uma inter-relação com o Fórum Interuniversitário de Cultura. Em seguida, o Vereador Reimont concorda com a fala do conselheiro Adair Rocha e pondera quanto ao cronograma. Entendendo que esse se adapta à importância este Conselho e Secretaria dão à construção do Plano Municipal de Cultura. No entanto, o Vereador suscita que a Câmara entrará em recesso no período de 10 à 15 de julho e pela pretensão de entrega em meados do ano legislativo de 2021, é urgente tal conclusão. Reimont considera importante a disposição do executivo desta prefeitura quanto a essa aprovação do plano na mesma proporção em que tem se empenhado na aprovação de pautas mais recentes que essa. Visto que é preciso acreditar que um diálogo tem que ser o mais específico possível e, ainda assim, urgente. Por isso, o Vereador Reimont considera um desafio necessário sair desta reunião com um cronograma e declara inteira

disposição da Comissão de Cultura da Câmara. O Presidente retoma a palavra afirmando que, a dimensão histórica será concretizada futuramente, ao se ter o plano aprovado. Entendendo ser este momento de se pensar as metas e o implantar das ações, mas que o desenvolvimento em si ocorrerá nos próximos quatro anos. Logo, que este plano seja um guia para qualquer gestor que entrar na Secretaria de Cultura. Sendo agora a Secretaria de Cultura deste momento, uma de reconstrução nesse período desafiador do ponto de vista de reconstrução do tecido social da cultura, afirma Marcus Faustini. Sobre a contratação do consultor e início dos trabalhos de negociação com os Grupos de Trabalho, o Presidente pondera a necessidade de pelo menos duas semanas para tal. Tendo sempre o dificultador da redução de equipe para efetivar as muitas tarefas na Secretaria. Não sendo possível apresentação em tempo anterior ao do recesso da Câmara, afirma o Secretário Marcus Faustini. Ele reforça que há integrantes desta Secretaria participando do Plano Estratégico e Plano Diretor em suas especificidades para que haja consonância ao se acordar de maneira precisa as ações. Pois, o intento é que esse plano se transforme em uma bússola para gestores e sociedade. Encaminhando que a próxima reunião seja com tal profissional e com a metodologia a ser organizada por Lia Baron junto a este Conselho. O Presidente recorda que, apesar do Regimento apontar reuniões bimestrais acordou-se que faríamos uma reunião ordinária bimestral e uma extraordinária. No entanto, a partir do momento que iniciar tais conversas em Grupos de Trabalhos essas podem começar a ser semanalmente. De acordo com o que for observado na segunda quinzena de agosto ocorrerá mais um debate na Comissão de Cultura, em especial quanto à questão da dimensão da territorialidade. O Vereador Tarcísio Motta então busca compreender se os destaques desta Secretaria só serão apresentados na reunião de junho onde serão chamados os grupos de trabalho formados originalmente. O Secretário confirma a compreensão e a pauta do regimento tem início a partir das considerações do Grupo de Trabalho para a Reformulação do Regimento Interno, com As conselheiras Flávia Piana,



Paloma Goulart e Sarah. É apresentado então a Minuta gerada pelo grupo, onde os 67 artigos foram repensados o quantitativo de 47. Não sendo uma minuta grande comparado a regimento de outras capitais. Sobre as principais alterações a proposta é analisar e, se for o caso, retirar: das reuniões e das preposições. Flávia Piana apresenta os títulos da minuta como: competência; órgãos; sessões das reuniões; direitos deveres; mandatos; processo administrativo ordinário; serviço de apoio. Neste último, não houve consenso e decidiu-se trazer para a plenária. Já quanto ao título “presidência/presidente”, viu-se a possibilidade de estar ligado dentro do primeiro título: de competência. Ainda para a plenária é trazido outros pontos como acessibilidade para as reuniões e o formato das mesmas. A conselheira considera importante a compreensão do grupo quanto à necessidade de outro Grupo de Trabalho para tratar o tema. Ela complementa que em alguns pontos houve apenas a reprodução do regimento interno e outros que estavam conflitantes trouxe a obrigatoriedade de serem retirados. A metodologia de apresentação foca-se em apresentar apenas os pontos mais conflitantes e não uma leitura da minuta na íntegra. A conselheira Sarah Alonso, fala da importância da aprovação do regimento. Na sequência a conselheira Paloma destaca a situação da sala destinada aos encontros dos conselheiros e que precisa ser novamente restituída a este Conselho. A Vice Presidente pede a fala e afirma a necessidade de estudo do documento alterado, Regimento Interno, seja estudado por todos os conselheiros e seja discutido na próxima reunião. O Presidente do Conselho parabeniza o que foi desenvolvido pelo grupo de trabalho do Regimento Interno e ratifica a fala da Vice Presidente, afirmando que é muito importante uma leitura atenta por parte de todos os conselheiros e que na próxima reunião haverá mais acúmulo para o debate das questões mais importantes para este conselho. Ato contínuo, Janaina Magalhães informa que as atas das reuniões dos dias trinta de março e vinte sete de abril já foram enviadas para todos os conselheiros e que qualquer sinalização de alteração deve ser encaminhada através do e-mail deste conselho para possível correção ou acréscimo e posterior publicação no

site da Secretaria de Cultura. A conselheira Andréa corrobora com a fala da Vice Presidente e frisa a importância das reuniões serem abertas para que todos possam ter acesso. Sarah Alonso concorda com a proposta encaminhada, mais solicita que a próxima reunião já seja aberta. Flávia Piana informa que será enviado a todos os conselheiros as referências legais para ajudar na análise da proposta de alteração do Regimento Interno. A Secretária Executiva passa a fala para Lia Baron que faz os encaminhamentos finais para aprovação da plenária. Inicia sua fala relatando a dificuldade técnica de realizar a reunião híbrida e sugere que a próxima seja feita totalmente presencial ou totalmente online. Sugere ainda que a próxima reunião seja feita pelo zoom dando acesso a todos os conselheiros e que seja transmitida nos mesmos moldes em que acontecem os webnários que a secretaria vem desenvolvendo, mas que o debate sobre o que é ser uma reunião aberta ou fechada seja discutida no próximo encontro para que se defina os parâmetros de publicidade dos encontros do conselho discutidos à partir do que for aprovado pelo regimento. A conselheira Andréa tem a fala e diz lembrar que antes dessa gestão as reuniões ordinárias eram fechadas para que o poder público e sociedade civil pudessem trabalhar conjuntamente as pautas necessárias e que os encontros extraordinários eram feitos nos territórios para atender as demandas da ponta. Continua ainda em sua fala dizendo que cabe a este conselho decidir como será tratado essas questões e que sabe das dificuldades enfrentadas por ambos os lados nesta situação dos territórios. Sarah Alonso sugere que as propostas para alteração do regimento devem ser encaminhadas para o e-mail do conselho em um prazo de sete dias. A conselheira Carla Wendling diz ter uma preocupação com a fala da conselheira Andréa no que diz respeito do revezamento da publicização das reuniões do conselho. Com a fala e finalizando com os encaminhamentos propostos neste encontro, a conselheira Lia Baron diz que para o encontro de junho, a reunião será pelo Zoom e transmitida para toda sociedade civil nos moldes dos webnários da secretaria garantindo assim transparência das ações deste conselho. Também será feito o envio do

material com as disposições legais que fazem referência as alterações propostas pelo grupo de trabalho. Encaminha ainda que os comentários, sugestões ou qualquer outro apontamento sobre o trabalho elaborado no estudo de alteração do regimento, seja enviado pelo e-mail do conselho com o prazo de sete dias e que a secretaria deverá compilar as informações recebidas e encaminhar ao grupo de trabalho para prévia análise e estudo. Fica ainda encaminhado que para próxima reunião a mesma pauta será mantida mais que há a intenção de que haja mais avanços nos assuntos a serem tratados. E que o horário da próxima reunião será às dezesseis horas, mas a secretaria se propõe a discutir alguma variação de horários que possam atender à todos. Toda a plenária concorda com os encaminhamentos feitos. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às treze horas e dez minutos. Eu, Janaina Alves Magalhães, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pela Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.